

A circulação internacional de bens museológicos no Portugal democrático (1974-2017)

ELSA GARRETT PINHO

*Técnica Superior da Direção-Geral do Património Cultural, Lisboa, Portugal
e-mail: elsapinho@dgpc.pt; Professora Auxiliar Convidada, Universidade de Lisboa Faculdade de Belas-Artes,
e-mail: e.pinho@belasartes.ulisboa.pt*

RESUMO:

Por razões socioculturais, educativas, mas também de sobrevivência económico-financeira e de imposição da “marca”, a internacionalização é um dos desafios maiores para os museus do século XXI. Uma das vias preferenciais para a divulgação dos acervos além-fronteiras consiste na cedência temporária de bens museológicos para fins expositivos, que em Portugal só assume verdadeira expressão em contexto democrático. De que modo as coleções portuguesas foram entrando nos circuitos internacionais, quais os museus mais ativos e que eventos os impulsionaram, bem como as tendências conjunturais que se prefiguram, é o que procuraremos abordar nestas breves páginas.

PALAVRAS-CHAVE:

Internacionalização; Museus portugueses; Democracia; Exposições; Coleções museológicas

INTRODUÇÃO

Em Comunicação lida na sessão n.º 450 da Academia Nacional de Belas-Artes, de 24 de fevereiro de 1976, o Prof. José-Augusto França traçava, de forma clara e precisa, o perfil dos museus portugueses: instituições estáticas, alheadas das necessidades sociais e dos cada vez mais reduzidos públicos, focadas em acervos artísticos falhos de obras verdadeiramente relevantes e carentes de condições de conservação adequadas. Simultaneamente, porém, reconhecia-lhes o papel de impulsionadores das vanguardas culturais que haveriam de mudar o *facies* sociocultural do novo Portugal saído da Revolução Democrática de 25 de abril de 1974 (FRANÇA [1]).

Tal como a Revolução não gerou, no imediato, uma arte radicalmente distinta da que vinha a ser produzida, também a “descoberta” das coleções museológicas portuguesas e a sua divulgação além-fronteiras resultou num processo de progressão lenta, ainda em construção, mas necessariamente irreversível, que foi evoluindo ao ritmo da maturidade democrática e dos ditames de um mundo cada vez mais globalizado.

Nos quarenta e três anos analisados, ressalta a prevalência numérica e a presença mais ou menos constante de duas instituições museológicas nacionais em grandes exposições internacionais: a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), com a coleção do fundador e a coleção moderna¹, e o Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA). No caso das demais entidades museais, a presença internacional é quase residual, destacando-se do panorama global, já no século XXI, o Museu de Serralves e a Coleção Berardo.

Cedendo temporariamente obras charneira dos seus acervos ou organizando mostras coesas que permitam dar a conhecer no estrangeiro a respetiva missão, os museus portugueses têm vindo a marcar presença crescente – mas ainda modesta – nos circuitos internacionais.

A persistente carência de recursos próprios, a inexistência de uma política concertada de gestão e de divulgação das coleções e uma fraca presença na Internet, têm determi-

nado a dependência da internacionalização dos museus nacionais de iniciativas governamentais, também elas com caráter mais ou menos fortuito, consoante a conjuntura económica.

De que modo tem vindo a ser cimentada a internacionalização das coleções museológicas portuguesas em período democrático é o que procuraremos demonstrar, tendo por base as primeiras conclusões retiradas dos dados recolhidos para o período compreendido entre 1974 e 2017, em sede de projeto de investigação de *post-doct*, e em função das seguintes premissas: só seriam consideradas as obras e os objetos incorporados em acervos museológicos e as cedências temporárias realizadas em conformidade com a legislação que enquadra a circulação internacional de bens culturais. Para tal, procedemos ao levantamento dos processos administrativos de circulação internacional existentes nos arquivos da atual DGPC [2] e do MNAA [3], à consulta de bases de dados *Matriz-Inventário e Gestão de Coleções Museológicas* (interface MatrizNet [4]), pertencentes aos museus e palácios tutelados pela Cultura, complementada com profusa bibliografia, selecionada para o presente contexto.

CONTEMPORANEIDADE E DIPLOMACIA (1974-1991)

Desde as exposições universais novecentistas que objetos modernamente classificados como “bens culturais”² circularam internacionalmente com o propósito de decorarem os Pavilhões de Portugal ou apresentados como meros produtos coloniais³. Também durante o período da ditadura militar e do Estado Novo, por ação dedicada de ilustres museólogos e historiadores de arte como José de Figueiredo, o património artístico português foi sendo apresentado no estrangeiro, em eventos expositivos que, apesar do seu caráter episódico e irrepetível, ficariam para a história da museologia nacional pelo pioneirismo e volume de bens circulados⁴.

Se, por um lado, os museus portugueses se encontravam ainda muito fechados sobre si próprios, numa estrutura “regionalista, descentralizada e corporativista implementada durante o Estado Novo” (PIMENTEL [7]),

por outro, o regime político vigente limitava o interesse e os convites à participação de Portugal em eventos culturais internacionais.

O celebrado fim da ditadura portuguesa trouxe a percepção do “estado de prático abandono em que se encontrava a cultura portuguesa”, da inexistência de um Museu de Arte Moderna que servisse de apoio ao desenvolvimento da produção artística (PINHO [9]), quiçá constituído “por empréstimo-depósito a longo e médio prazos (...) da parte de um certo número de países de criação artística significativa e que, em emulação, não deixariam de satisfazer agora uma solicitação diplomática exposta com competência.” FRANÇA [1]. Urgia, pois, cruzar fronteiras.

Depois da tentativa falhada de apresentar uma mostra de artistas contemporâneos portugueses no Musée d’Art Moderne de la Ville de Paris, por ocasião da visita do Presidente da República Portuguesa (junho de 1975), em 1976 seria finalmente concretizada uma série de exposições com a moderna criação artística nacional, em diferentes capi-

tais europeias, cuja organização não dependia diretamente dos criadores, como sucedera até então (FRANÇA, [10] e [11]). A primeira destas mostras decorreria na Galleria Nazionale d’Arte Moderna de Roma (22-06 a 25-07), repetindo-se na capital francesa entre outubro e novembro do mesmo ano.

Entre finais de 1976 e março de 1977, uma nova mostra *Arte Portuguesa Contemporânea* organizada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, a Secretaria de Estado da Cultura (SEC) e a FCG, haveria de itinerar em intercâmbio cultural luso-brasileiro, pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília, o Museu de São Paulo e o Museu de Arte Moderna, Rio de Janeiro. Associada à visita oficial do Presidente da República Portuguesa e expondo pinturas de 1910 a 1976, esta exposição institucional permitiu apresentar pela primeira vez no Brasil, “uma coerente e mais importante panorâmica da nossa arte moderna” que não a visão fragmentária resultante da participação individual de artistas nas Bienais de São Paulo e em algumas galerias (COUCEIRO [12]).



Gráfico 1 – Cedências internacionais de bens museológicos 1974-2017 / Museu (> 20)

Fonte: Arquivos DGPC e MNAA e bases de dados Matriz 3.0. © Elsa Garrett Pinho

Ao longo das décadas de 1970-80, a FCG assumiria um papel absolutamente decisivo na divulgação e valorização da arte portuguesa no estrangeiro, colaborando com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e com a SEC na organização das primeiras exposições de arte moderna e antiga⁵, editando catálogos, respondendo a pedidos de cedência de peças do respetivo acervo que lhe eram endereçadas pelas embaixadas⁶ ou promovendo criadores, como Júlio Pomar (*L'Espace d'Eros*, Bruxelas, 1978), no mesmo ano em que promovia a 1.ª Retrospectiva do artista.

Até ao final da década de 1980, as cedências internacionais de bens museológicos foram quase totalmente asseguradas pela FCG e pelo MNAA, ocupando ainda lugar destacado o MNAC, de onde saíam obras para exposições importantes: *Almada Negreiros* (Espanha, 1983-84), *Le XXème au Portugal* (Bélgica, 1986), *Os Pioneiros do Modernismo: 100 anos de pintura portuguesa* (Macau, 1986-87). Estava traçada uma tendência que haveria de persistir nas décadas seguintes, como se demonstra:

O efeito XVII Exposição do Conselho da Europa (1983)

Em 1983, Portugal assumiria a realização da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, cujo convite havia sido dirigido ao Governo português em 1977. Com cinco núcleos subordinados ao tema *Os descobrimentos portugueses e a Europa do renascimento*, onde se expôs o que de melhor se guardava nos museus portugueses (mas não só), este evento haveria de ter repercussões incontornáveis no futuro da museologia portuguesa, sobretudo ao nível do reconhecimento internacional dos acervos nacionais. A partir desse ano, outros museus que não apenas o MNAA, o MNAC e o Museu Gulbenkian começaram a ceder bens das suas coleções para exposições no estrangeiro, onde a presença simultânea de múltiplos emprestadores passa a ser uma realidade, conforme gráfico 2.

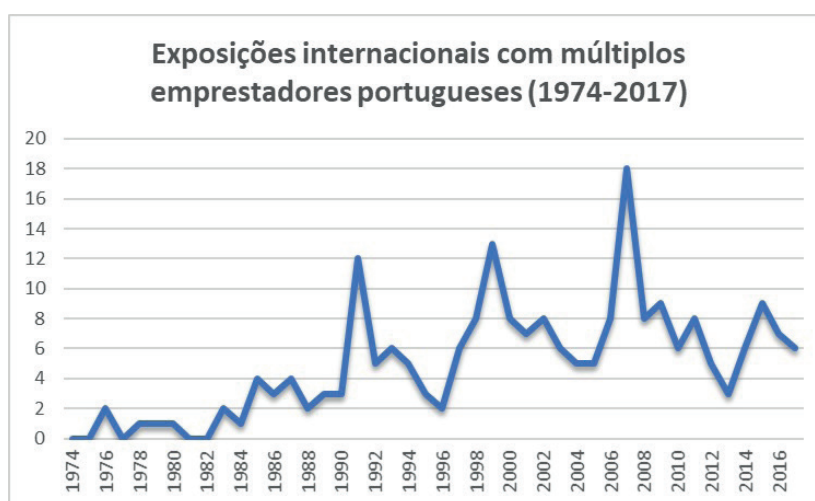


Gráfico 2 – Exposições internacionais com múltiplos emprestadores portugueses 1974-2017

Fonte: Arquivos DGPC e MNAA e bases de dados Matriz 3.0. © Elsa Garrett Pinho

Uma nova dinâmica começa a desenhar-se sob a tutela administrativa do IPPC (1980) que autorizava a circulação internacional dos bens, a qual passa a ter enquadramento legal na primeira Lei de bases do património cultural português (Lei N.º 13/85, de 6 de julho). Mas para um cada vez maior reconhecimento das coleções nacionais em muito terão contribuído as mostras de iniciativa governamental, realizadas com o apoio do Fundo de Fomento Cultural e coordenadas pelo Gabinete das Relações Culturais Internacionais do Ministério da Cultura como *Cien Obras Maestras del arte português* (Madrid, 1987) e *Le langage des orfèvres de Portugal* (Luxemburgo, 1988), as seis exposições integradas no Ciclo *100 Anos de Pintura Portuguesa* (Macau, 1986-87), por iniciativa do Leal Senado e do Museu Luís de Camões, ou ainda *Soleil et ombres: L'art portugais du XIX e siècle* (Paris, 1987), a primeira vez que um conjunto organizado de artefactos históricos de um dado período era apresentado no estrangeiro (COSTA [13]).

A valorização da Azulejaria enquanto expressão artística nacional e única tem sido tema de diversas exposições monográficas realizadas fora do país, apenas suplantado numericamente pelas exposições de cariz histórico

centradas da Expansão portuguesa e ilustradas com testemunhos materiais da “arte da diáspora” que, inevitavelmente, dominam e atravessam as quatro décadas em estudo.

DO FESTIVAL *EUROPALIA*'91 AO SÉCULO XXI

A criação do Instituto Português de Museus (Decreto-Lei N.º 278/91, de 9 de agosto) veio autonomizar os museus do restante património cultural, dando início à “época áurea” da museologia portuguesa. Coincidiu tal facto com a realização do maior evento cultural jamais organizado fora do país: o Festival *Europalia*'91, cuja 11.ª edição teve Portugal por convidado⁷.

Finda a *Europália* 91, os museus portugueses não mais voltariam a ser os mesmos, uma vez experimentado o reconhecimento decorrente da sua integração nos circuitos expositivos internacionais, como o gráfico 3 demonstra. Numa vintena de exposições que abarcaram os domínios das ciências e das artes, dos séculos XII a XX, na Bélgica fora apresentado o melhor do rico – e até então pouco conhecido – património cultural português.



Gráfico 3 – Exposições internacionais para as quais foram cedidos bens museológicos (1974-2017)

Fonte: Arquivos DGPC e bases de dados Matriz 3.0. © Elsa Garrett Pinho

A par das exposições históricas para as quais é possível encontrar modestos antecedentes⁸, no âmbito da *Europália 91* foram apresentados autonomamente três artistas modernos: Amadeo de Souza-Cardoso, Vieira da Silva e Eduardo Viana. Os dois primeiros integram o lote de artistas portugueses que nas últimas quatro décadas tiveram representação internacional em mostras total ou parcialmente realizadas com obras incorporadas em museus, como ilustra o gráfico 4.



Gráfico 4– Exposições internacionais de artistas portugueses para as quais foram cedidas obras em museus (1974-2017)

Fonte: Arquivos DGPC e MNAA e bases de dados Matriz 3.0. © Elsa Garrett Pinho

Seguir-se-iam, entre 1992 e 2000, diversas exposições integradas nas Comemorações dos Centenários dos Descobrimentos Portugueses, muitas das quais organizadas pela Comissão homónima, que fizeram circular pela Europa, América e Ásia um extraordinário número de bens culturais, num movimento de centrífugo de partilha e de divulgação dos acervos que jamais seria interrompido.

Os anos de viragem do século ficaram marcados por uma nova tendência iniciada pelo Museu Gulbenkian, em 1999, quando fez deslocar até Nova Iorque 80 obras das suas coleções. A exposição, intitulada *Only the best: masterpieces of the Calouste Gulbenkian Collection*, seria exibida no Metropolitan Museum

por ocasião das obras que decorriam nas instalações de Lisboa. No mesmo ano, o MNAA tomaria iniciativa idêntica, apresentando-se enquanto instituição de referência através da exposição *Museu Nacional de Arte Antiga, Lissabon*.

A euforia gerada pela crescente internacionalização as coleções, num momento em que várias das exposições para as quais eram cedidas obras dos museus portugueses incluíam itinerâncias, ajuda a contextualizar o trágico episódio do furto das joias da Coroa, em Haia (2002), e a consequente classificação como de interesse nacional de cerca de 1.600 bens dos museus tutelados pelo IPM⁹. Com esta medida jurídica, pretendia o Governo impedir a saída do território nacional dos “tesouros nacionais”, salvo em situações excecionais e mediante autorização ministerial, e assim evitar novas perdas. Sucede, porém, que os bens museológicos mais solicitados para as exposições internacionais são precisamente os ditos “tesouros”, tendo sido possível identificar, no contexto em análise, pelos menos 125 eventos em que estes objetos de exceção figuram.

O início do novo século é também marcado pelo surgimento de duas coleções de arte contemporânea com valor e procura internacional: Serralves e Berardo. Primeiramente instalada em Sintra e, desde 2007, ocupando parte do CCB, sob a designação de Museu Coleção Berardo, o interesse que a coleção do Comendador tem despertado além-fronteiras justifica o terceiro lugar que ocupa no *ranking* dos museus portugueses com maior número de participações em exposições no estrangeiro, posição que pertencia, até ao início do século XXI, ao MNAC. Também o Museu de Serralves, cada vez mais apostado em internacionalizar o seu acervo, tem vindo a destacar-se no último decénio (gráfico 5), muito embora por vezes cedendo obras que guarda em depósito ou em regime de comodato.

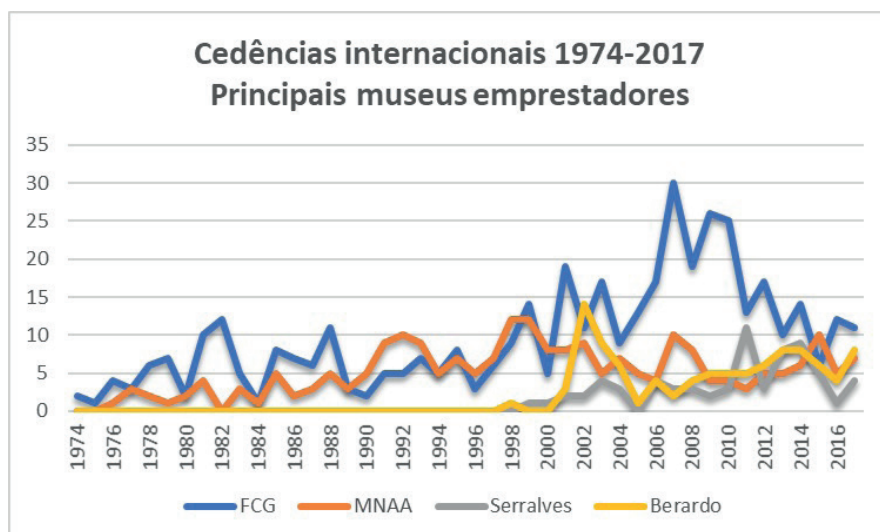


Gráfico 5- Cedências internacionais (1974-2017). Principais museus emprestadores.

Fonte: Arquivos DGPC e MNAA e bases de dados Matriz 3.0. © Elsa Garrett Pinho

MODERNAS TENDÊNCIAS

Uma análise transversal dos dados referentes às cedências internacionais ocorridas no presente século permite-nos registar, em primeiro lugar, uma clara diversificação dos países e das instituições de destino dos bens museológicos, pese embora a predominância dos países europeus e em particular da Espanha (262 ocorrências) e da França (207), Itália (92) Alemanha (74), Reino Unido (66) e Bélgica (62), mas também os EUA (100) e o Brasil (76). Outros destinos mais longínquos como o Japão, a Austrália, a Coreia do Sul, o Qatar, a Indonésia, a Sérvia, o Uruguai, Singapura ou os Emirados Árabes fazem igualmente parte dos recetores de bens museológicos nacionais.

Da leitura dos dados resulta ainda a percepção da tendência gradual e generalizada para o aumento da duração das exposições temporárias envolvendo emprestadores internacionais, o que certamente poderá ser explicado por argumentos de ordem financeira, considerando os montantes avultadíssimos que estão associados a este tipo de eventos, ao nível do acondicionamento, transporte e seguro dos bens, sobretudo quando não existe a chamada garantia de Estado como alternativa aos seguros comerciais, como sucede em Portugal.

Por outro lado, ressalta a presença de um número cada vez maior de museus portugueses em exposições internacionais – nem sempre, é certo, em perfeita consonância com a legislação vigente e com as boas práticas estabelecidas para a mobilidade das coleções – sendo possível elencar no rol de museus emprestadores, outras entidades que não apenas os principais museus de arte do Estado ou de tutela fundacional.

E porque a internacionalização é um objetivo maior de todos os museus, enquanto uns se dão timidamente a conhecer fora do país, outros empenham-se agora na implementação de estratégias mais “agressivas” e notórias, como é o caso do MNAA que desde 2011 tem vindo a desenvolver projetos expositivos de grande envergadura como *Primitivos (1450-1550)*. *El siglo dorado de la pintura portuguesa* (Espanha, 2011), a mostra de Domingos Sequeira (Espanha, 2013), *Tesori dal Portogallo. Architetture immaginarie dal Medioevo al Barocco* (Itália, 2014) ou *Portugal: Drawing the world. Art from the period of Discoveries* (Luxemburgo, 2017). Paralelamente, iniciava o programa de permuta “Obra convidada” e reforçava a presença das suas coleções em grandes mostras, de que a cedência absolutamente excepcional das “Tentações de Santo Antão”, de Bosch, para a exposição do 5.º Centenário, no Museo del Prado (2016), constitui exemplo acabado.

ACRÓNIMOS

CCB–Centro Cultural de Belém; CMMA-Casa-Museu Medeiros e Almeida; DGPC-Direção-Geral do Património Cultural; FASVS-Fundação Arpad Szènes-Vieira da Silva; FCG-Fundação Calouste Gulbenkian; IMC- Instituto dos Museus e da Conservação, IP; IPM-Instituto Português de Museus; IPPC-Instituto Português do Património Cultural; MEVORA-Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo; MNAA-Museu Nacional de Arte Antiga; MNAC-Museu Nacional de Arte Contemporânea-Museu do Chiado; MNAR-Q-Museu Nacional de Arqueologia; MNA-Z-Museu Nacional do Azulejo; MNE-Museu Nacional de Etnologia; MNMC-Museu Nacional Machado de Castro; MNSR-Museu Nacional Soares dos Reis; PNA-Palácio Nacional da Ajuda; SEC-Secretaria de Estado da Cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[1] FRANÇA, José-Augusto - *Museus e Casas da Cultura*, Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes, 2.ª Série, N.º 30, 11-19. Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, 1976

[2] Arquivo da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC). Fundo IPPAR, Pasta Gabinete do Presidente Expo/92 (1988-1992); Fundo IPM (1992-2007), Pastas “Cedências Internacionais” (s/cota); Fundo IMC-IP (2007-2012), Pastas “Cedências Temporárias UE e Países Terceiros” (s/cota); Fundo DGPC (2012-2017)/Departamento de Museus e Departamento dos Bens Móveis (AB- Exportação temporária e BC-Exportação temporária).

[3] Arquivo do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA). Pastas: *Ano 1977, n.º 6; Ano 1977, n.º 5; Ano 1980, n.º 7-8; Ano 1985, n.º 5; Ano 1988, n.º 5; Ano 1989, n.º 6; Ano 1992, n.º 9; Ano 1993, n.º 7-8; Ano 1997, n.º 9; Ano 1999, n.º 9-10; Ano 2000, n.º 11; Ano 2002, N.º 8-9.*

[4] *MatrizNet* – <<http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/home.aspx>> (2018.04.15; 17h)

[5] AIRES-BARROS, Luís e Cantinho, Manuela - *Sociedade de Geografia de Lisboa. 1875-2015. 140 Anos*, Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 2016

[6] BAIÃO, Joana - *Museus, arte e património em Portugal. José de Figueiredo (1871-1937). (Coleção “Estudos de Museus”)*. Caleidoscópio, Lisboa, 2015

[7] PIMENTEL, Cristina - *O Sistema museológico português (1833-1991). Em direcção a um novo modelo teórico para o seu estudo* (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas). Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa, 2005

[8] SANTOS, Reynaldo dos - *Exposição de Arte Portuguesa em Londres (800-1800)*. Bertrand (Irmãos), Lda., Lisboa, 1957

[9] PINHO, Elsa Garrett - *A evolução das coleções públicas em contexto democrático: políticas de incorporação e vetores de crescimento nos museus de arte da Administração Central do Estado: 1974-2010*. Tese de doutoramento, Belas-Artes (Ciências da Arte), Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes, 2014 <<http://hdl.handle.net/10451/11028>> (2018.05.03, 12h)

[10] FRANÇA, José-Augusto - *Portugal, Paris, Roma e Veneza. Colóquio Artes, n.º 29, outubro, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1976, 58-59*

[11] FRANÇA, José-Augusto - *Cem Exposições (coleção Arte e Artistas)*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1982

[12] COUCEIRO, Gonçalo - *Artes e Revolução –1974-1979. Livros Horizonte, Lisboa, 2004*

[13] COSTA, Lucília Verdelho da - *Sol e Sombras. A Arte Portuguesa do século XIX no Museu do Petit Palais em Paris*, Colóquio Artes – Revista trimestral de Artes Visuais, Música e Bailado, n.º 74, 2.ª Série, 29.º Ano, 5-17. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, setembro 1987.

1 Estas duas coleções foram recentemente unificadas sob a designação comum de Museu Gulbenkian, que desde 1969 identificava apenas a coleção do fundador. A coleção moderna na Fundação corresponde ao antigo Centro de Arte Moderna, inaugurado em 1983.

2 O conceito de “bens culturais” surge pela primeira vez no âmbito da Convenção da UNESCO sobre a Proteção de bens culturais em caso de conflito armado, adotada em Haia, em 1954, em resposta à deslocalização massiva de património cultural registada na Europa,

no período associado à 2.ª Guerra Mundial (1933-1945).

3 Assim sucedeu com alguns dos bens do Museu Colonial, inaugurado em 1870 e doze anos mais tarde integrado na Sociedade de Geografia de Lisboa, dando origem ao Museu Colonial e Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa. Cf. AIRES-BARROS [5].

4 Citem-se a Exposição Cultural da Época dos Descobrimentos (integrada na Exposição Ibero-Americana de Sevilha, 1929), a *Exposition portugaise de l'époque des grandes Découvertes jusqu'au XXe siècle* (no âmbito da Exposição Colonial Internacional de Paris, 1931); a Exposição de Bordéus (1954) intitulada *Flandres, Espagne, Portugal, du XVe au XVIIe siècle*, a *Exposição de Arte Portuguesa em Londres (800-1800)*, realizada na Royal Academy of Arts de Londres (1955-1956), promovida pelo Governo português - que para o efeito nomeou uma Comissão presidida por Reynaldo dos Santos - ou, mais recentemente, a *Exhibition of contemporary art belonging to the Calouste Gulbenkian Foundation*, levada pela Fundação a Bagdade, Iraque, três anos antes da inauguração do respetivo museu, ou ainda a mostra *Art Portugais: peinture et sculpture du Naturalisme à nos jours*, promovida pela Association Française d'Action Artistique com a colaboração do Secretariado Nacional de Informação de Portugal, que haveria de itinerar pela FCG, Lisboa (1967); Casón del Buen Retiro, Madrid (30-01 a 25-02-1968) e Centre Culturel de la FCG, Paris, 1968. Sobre estas matérias consultem-se BAIÃO [6], PIMENTEL [7]. e SANTOS [8].

5 É o caso da exposição *Embroidered quilts from the Museu Nacional de Arte Antiga - India, Portugal, República Popular da China 16th-18th century*, patente no Kensington Palace, Londres (finais de 1978), ou da representação portuguesa na XV Bienal Internacional de São Paulo, comissariada por Sommer Ribeiro e que integrou obras de Helena Almeida, Lourdes Castro, Costa Pinheiro, João Cutileiro e Graça Coutinho.

6 A pedido da embaixada britânica, cederia uma pintura de Dagnan-Bouveret para a exposição "Post-impressionism. Cross-currents in european paintings", da embaixada belga, obras de Rogier van der Weyden para o Musée Communal de Bruxelles (comemora-

ções milenares da cidade), ou da embaixada da República Federal da Alemanha, um Turner para a mostra de Munique, *Zwei Jahrhunderte englische Malerei: britische Kunst und Europa 1680 bis 1880* (1979).

7 A edição de 1991 da bienal contou com 594 eventos culturais dispersos por várias cidades belgas, que seriam apreciados por mais de um milhão e duzentos mil visitantes.

8 É o caso das exposições *Art namban: les Portugais au Japon* (Europalia 89/Japão), *La Révolution Française et l'Europe, 1789-1799* (20.ª Exposição do Conselho da Europa, Paris, 1989), *Portugal na Abertura do Mundo* (Mês de Portugal em Bruges, 1990) ou *Portugal - Brazil. The age of Atlantic Discoveries* (New York Public Library, 1990).

9 Decreto-Lei N.º 19/2006, de 18 de julho e Declaração de Retificação N.º 62/2006, de 15 de setembro.